

ANEXO 5 da ACTA 1 DA AG DE 18-10-2013

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO
DO CENTRO ESCOLAR ANTÓNIO FOGAÇA****CAPÍTULO 1****CONSTITUIÇÃO NATUREZA E FINS****ARTIGO 1.º**

1. A associação denomina-se "Associação de Pais e Encarregados de Educação do Centro Escolar António Fogaça" e tem a sua sede nas instalações daquele Centro Escolar, sito no Bairro da Misericórdia, 4750-825 V.F.S.Martinho, em Barcelos.
2. Trata-se de uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, e de duração indeterminada.

ARTIGO 2.º

A Associação tem como finalidades, assim contribuindo para a formação integral dos alunos nas suas vertentes cultural, moral e cívica:

1. Prestar a mais estreita colaboração com os órgãos de gestão da Escola para que dessa colaboração resulte um melhor aproveitamento do labor educativo e formativo, dentro de um ensino democrático;
2. Estudar e defender as directivas fundamentais da educação, contribuindo para o desenvolvimento da personalidade do aluno e proporcionando aos pais e encarregados de educação uma maior formação no âmbito educacional, dentro dos princípios preconizados pela Constituição da República Portuguesa;
3. Assegurar a efectivação de direitos e deveres, que assistem a todos os pais e encarregados de educação, no processo formativo e educacional dos seus filhos e educandos.

ARTIGO 3.º

A Associação exercerá as suas actividades com plena independência em face dos órgãos de gestão e professores do centro escolar e de outras organizações oficiais e privadas, bem como sem qualquer subordinação a ideologias religiosas ou partidárias.

ARTIGO 4.º

Na prossecução das finalidades plasmadas no artigo 2.º, compete à Associação:

1. Pronunciar-se sobre a definição da política educativa;
2. Participar na elaboração de legislação sobre educação e ensino;
3. Colaborar com os órgãos pedagógicos da Escola em tudo o que diga respeito ao bom funcionamento das actividades escolares;
4. Colaborar com os órgãos pedagógicos e de gestão da Escola em actividades de complemento curricular de carácter desportivo cultural e social, promovendo assim o aproveitamento dos tempos livres;
5. Cooperar com associações congéneres em ordem à consecução dos fins comuns;
6. Fomentar um melhor conhecimento das questões e métodos educacionais com interesse para os associados;
7. Praticar todos os demais actos tidos por necessários para a realização dos seus objectivos.

CAPÍTULO 2

ASSOCIADOS

ARTIGO 5º

1. São considerados associados efectivos todos os pais e encarregados de educação dos alunos que frequentam e se encontrem matriculados neste Centro Escolar, e efectuem a respectiva inscrição;
2. São considerados associados beneméritos todos aqueles que, tendo sido sócios efectivos e perdido essa qualidade, em virtude de terem deixado de ter filhos ou educandos matriculados no Centro Escolar, solicitem a sua inscrição à direcção da Associação e paguem a quotização fixada anualmente em assembleia geral.

ARTIGO 6º

1. São direitos dos associados efectivos:
 - a) Participar nas assembleias-gerais, com direito a votar as deliberações aí propostas, bem como eleger e ser eleito para os corpos directivos da Associação;
 - b) Utilizar a Associação para todos os problemas relacionados com os seus filhos e educandos, no âmbito destes estatutos;
- c) Ser mantido ao corrente das actividades da Associação;
- d) Propor à direcção da Associação iniciativas que entendam ser úteis aos fins desta e participar em grupos de trabalho, quando necessário;

PROPOSTA

Estatutos da NOVA associação de pais

De acordo com o DL nº 372/90, de 27/11, e respectivas alterações

- e) Analisar e denunciar situações injustas ou lesivas dos educandos, propondo soluções;
- f) Promover palestras, colóquios ou exposições, visando o esclarecimento dos pais e encarregados de educação, sobre problemas de educação, saúde, orientação profissional e outras;
2. O associado efectivo não pode votar nas deliberações em que haja conflito de interesses entre a associação e o próprio, seu cônjuge, descendentes ou ascendentes.
3. São direitos dos associados beneméritos:
- a) Participar na assembleia-geral, podendo intervir na apresentação de propostas próprias, mas sem direito de voto;
- b) Ser informado das posições e actividades da associação.
4. O associado benemérito não pode:
- a) Eleger nem ser eleito;
- b) Usufruir dos serviços sociais prestados pela Associação;

ARTIGO 7º

São deveres dos associados:

1. Contribuir financeiramente para a Associação mediante o pagamento de uma a quota a ser fixada anualmente em assembleia-geral, sob proposta da direcção da Associação;
2. Exercer com zelo e diligência os cargos para que forem eleitos e que voluntariamente aceitem;
3. Cooperar nas actividades da Associação e contribuir na medida das suas possibilidades para a realização dos seus objectivos;
4. Acatar as decisões da direcção da Associação e da assembleia-geral em cumprimento com os presentes estatutos.

ARTIGO 8º

1. Perde a qualidade de associado todo aquele que:

- a) Solicitar por escrito à direcção da Associação a sua demissão, em qualquer altura do ano;

PROPOSTA

Estatutos da NOVA associação de pais
De acordo com o DL n° 372/90, de 27/11, e respectivas alterações

Padro
Ali 4

[Handwritten signatures]

- b) Infringir os estatutos;
 - c) Faltar ao cumprimento dos deveres assumidos para com a Associação, nomeadamente, no que ao pagamento da quota disser respeito;
 - d) Vir terminada a frequência escolar dos filhos neste Centro Escolar;
2. Perde igualmente o estatuto de associado, por suspensão, todos os que deixarem de efectuar o pagamento da quota anual, mantendo-se a suspensão enquanto o pagamento não for regularizado.

DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

ARTIGO 9º

1. São órgãos desta Associação:

- a) A assembleia-geral;
 - b) A direcção;
 - c) O conselho fiscal;
2. A mesa da assembleia-geral, a direcção e o conselho fiscal são eleitos na assembleia-geral prevista na alínea a) do artigo 11º, nos termos do Capítulo 3, sendo de um ano a duração de cada mandato.
3. Podem ser substituídos, a meio de cada mandato, sob proposta dos respectivos corpos sociais, os eleitos que deixem de ser associados efectivos nos termos do artigo 8º, aplicando-se então, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 31º;
4. Os órgãos sociais eleitos tomam posse nos termos do Capítulo 3.

§ único. Os membros dos órgãos sociais exercerão gratuitamente o seu mandato.

DA ASSEMBLEIA-GERAL

ARTIGO 10º

- 1. A assembleia-geral é constituída por todos os associados em pleno gozo dos seus direitos, sendo os trabalhos dirigidos pela respectiva mesa, a qual é composta por um presidente, vice-presidente e secretário, podendo também ser nomeado um vogal;
- 2. Na ausência, impossibilidade ou impedimento do presidente, os trabalhos serão dirigidos pelo vice-presidente, e no impedimento destes pelo secretário.

PROPOSTA

Estatutos da NOVA associação de pais
De acordo com o DL n° 372/90, de 27/11, e respectivas alterações

5

ARTIGO 11º

1. A assembleia-geral reúne ordinariamente:
 - a) Até 31 de Outubro, não só para efeitos de discussão e aprovação do relatório de contas e do relatório de actividades, os quais deverão estar à disposição, para consulta dos associados, na data de envio da convocatória da respectiva assembleia, mas igualmente, e na mesma data, para proceder à eleição da mesa da assembleia geral, da direcção e do conselho fiscal;
 - b) Até 30 de Novembro, para aprovação do orçamento e plano de actividades do ano escolar em causa;
2. A assembleia-geral reunirá extraordinariamente quando tal for requerido ao presidente da mesa, pela direcção ou pelo conselho fiscal, ou ainda desde que requerido por um número mínimo de 10% dos associados.
3. No respectivo requerimento a enviar ao presidente da mesa da assembleia-geral deverão constar os assuntos e temas que se pretende discutir.
4. Quando a assembleia-geral extraordinária for requerida pelos associados, para o seu funcionamento torna-se necessário que na respectiva sessão estejam presentes, pelo menos, dois terços dos requerentes.

ARTIGO 12º

A convocatória das assembleias gerais será feita com a antecedência mínima de oito dias, por meio de notificação através dos respectivos educandos e aviso fixado no Centro Escolar, nela devendo constar o dia, a hora e o local da reunião, bem como a respectiva ordem de trabalhos, sem prejuízo do disposto no artigo 30º, relativamente ao acto eleitoral.

ARTIGO 13º

Toda a assembleia-geral, e sem prejuízo das deliberações previstas no nº 4 do artigo 11º e artigo 15º, realiza-se na hora marcada quando estiverem presentes pelo menos metade dos associados no pleno gozo de direitos, funcionando meia hora mais tarde com qualquer número de associados presentes.

ARTIGO 14º

Compete à assembleia-geral:

- a) Eleger os membros da respectiva mesa, da direcção e do conselho fiscal;
- b) Apreciar e votar as propostas de alteração dos estatutos;
- c) Discutir e deliberar sobre as actividades da Associação;

- d) Discutir e aprovar o relatório de actividades e contas de gerência anuais;
- e) Discutir e aprovar o orçamento e plano de actividades;
- f) Autorizar a filiação da Associação em federações;
- g) Aprovar a extinção da associação;
- h) Deliberar sobre quaisquer assuntos sujeitos à sua apreciação.

ARTIGO 15º

As deliberações da assembleia-geral são tomadas por maioria dos associados presentes, com excepção das relativas a:

- a) Dissolução da Associação, que só poderá ser tomada desde que tenha a aprovação de três quartos dos associados e em assembleia-geral convocada expressamente para esse efeito;
- b) Alteração dos estatutos, que só será válida desde que aprovada por três quartos dos associados presentes na sessão convocada para o efeito.

ARTIGO 16º

1. Cada associado efectivo só tem direito a um voto, qualquer que seja o número de filhos ou educandos que frequente a Escola, com excepção do associado benemérito, que não possui qualquer direito de voto.
2. O associado poderá fazer-se representar nas assembleias-gerais por outro associado, devendo para o efeito conferir-lhe poderes para tal, mediante uma credencial, a qual deverá ser entregue ao presidente da mesa em exercício.

DA DIRECÇÃO**ARTIGO 17º**

1. A associação será gerida por uma direcção, eleita em assembleia-geral, de número impar, composta por pelo menos, e obrigatoriamente, cinco associados, preferencialmente representativos de alunos de todos os anos escolares, que corresponderão a um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um secretário-adjunto, podendo ainda ser nomeados vogais.
2. Para além dos associados efectivos poderão pertencer à direcção representantes de instituições locais.

ARTIGO 18º

1. A direcção deverá promover todas as acções necessárias para que se cumpram as finalidades e objectivos

PROPOSTA

Estatutos da NOVA associação de pais
De acordo com o DL n° 372/90, de 27/11, e respectivas alterações

da Associação, competindo-lhe, para o efeito:

- a. Representar a Associação dentro e fora de juízo;
- b. Gerir os bens da Associação;
- c. Elaborar e submeter a aprovação da assembleia-geral o orçamento e plano de actividades, assim como a proposta de quotização a pagar pelos associados;
- d. Submeter a discussão e aprovação o relatório de contas de gerência;
- e. Deliberar sobre a perda de direitos dos associados e propor à assembleia-geral a exclusão de qualquer associado;
- f. Praticar tudo o que for necessário à realização dos objectivos da associação.

§ único. A responsabilidade da direcção é colectiva.

ARTIGO 19º

A direcção reunirá ordinariamente de três em três meses ou, extraordinariamente, sempre que o presidente a convoque ou a pedido de pelo menos três dos seus membros.

ARTIGO 20º

1. A direcção funcionará sempre que estejam presentes a maioria dos seus membros, sendo as deliberações tomadas por simples maioria.
2. Quando se verificar uma situação de empate pode o presidente da direcção exercer o seu direito de voto de qualidade.

ARTIGO 21º

A direcção, sempre que o entenda por necessário ou conveniente, poderá solicitar a presença do presidente do conselho fiscal, o qual participará nas reuniões da direcção, porém, sem direito a voto.

ARTIGO 22º

Compete ao presidente da direcção:

- a) Presidir às respectivas reuniões;
- b) Assinar juntamente com o tesoureiro todos os documentos de receitas, despesas e ordens de pagamento;
- c) Rubricar os livros de tesouraria e de registos de actas.

ARTIGO 23º

A Associação vincula-se pela assinatura conjunta de dois dos membros da direcção, devendo uma delas ser a do presidente ou do vice-presidente.

ARTIGO 24º

1. A movimentação das contas bancárias da Associação carece da assinatura do presidente e do tesoureiro.
2. Em caso de impedimento do presidente ou do tesoureiro, pode uma das suas assinaturas ser substituída pela do vice-presidente ou do secretário, respectivamente.

DO CONSELHO FISCAL**ARTIGO 25º**

O conselho fiscal, eleito em assembleia-geral, é constituído por um presidente, um secretário e um vogal.

ARTIGO 26º

Compete ao conselho fiscal:

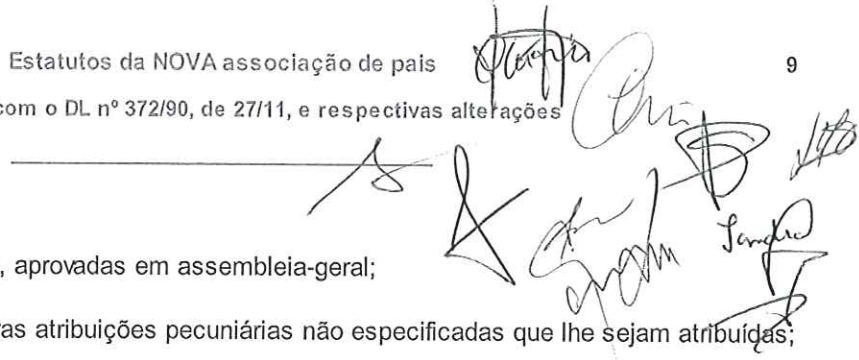
1. Verificar a contabilidade da Associação sempre que o entenda por conveniente;
2. Apreciar e emitir parecer sobre o relatório de actividades e contas de gerência, a ser submetido à aprovação da assembleia-geral, sob proposta da direcção;
3. Verificar a legalidade e conformidade estatutária das despesas efectuadas;
4. Dar parecer sobre qualquer assunto, dentro do seu âmbito de competências, que lhe tenha sido solicitado pela assembleia-geral ou direcção.

ARTIGO 27º

O conselho fiscal reunirá pelo menos uma vez por trimestre, ou sempre que convocado pelo seu presidente, por iniciativa própria, ou a pedido da mesa da assembleia-geral ou da direcção.

DO REGIME FINANCEIRO E PATRIMONIAL**ARTIGO 28º**

1. Constituem receitas da Associação:

- 
- a) As quotizações pagas pelos associados, aprovadas em assembleia-geral;
- b) Os donativos, subsídios, legados ou outras atribuições pecuniárias não especificadas que lhe sejam atribuídas;
- c) Os produtos de realizações levadas a efeito para a obtenção de fundos.
2. Constituem património da associação quaisquer bens móveis ou imóveis que venham a ser adquiridos por qualquer dos títulos legalmente previstos, bem assim, as receitas referidas no ponto anterior.
3. Em caso de dissolução da associação, os bens referidos nos pontos anteriores terão o destino que for determinado em assembleia-geral.

ARTIGO 29º

As receitas da Associação são obrigatoriamente depositadas em conta bancária, aberta em nome da Associação, a qual será movimentada nos termos do previsto no artigo 24º destes estatutos.

CAPÍTULO 3**DO PROCESSO ELEITORAL****ARTIGO 30º**

1. Os membros dos órgãos sociais são eleitos anualmente por sufrágio directo e secreto;
2. A eleição efectuar-se-á aquando da assembleia-geral ordinária prevista na alínea a) do artigo 11º, será convocada com a antecedência mínima de oito dias, e funcionará durante aquela assembleia;
3. Da respectiva convocatória constarão:
- a) Dia, local e a ordem dos trabalhos;
 - b) Horário de abertura e encerramento da urna;
 - c) Data limite para entrega das listas.

ARTIGO 31º

1. Para efeitos eleitorais são considerados membros no pleno gozo dos seus direitos, todos os associados efectivos que não preencham os vários pontos do artigo 8º destes estatutos;

2. Qualquer associado efectivo poderá reclamar, por escrito, da inclusão ou omissão de qualquer associado, devendo as reclamações dar entrada na sede da associação até sete dias antes da data designada para o acto eleitoral;
3. As reclamações serão apreciadas pela mesa da assembleia-geral até ao segundo dia útil seguinte ao termo do prazo fixado no número anterior, dando-se conhecimento da decisão ao associado reclamante, e não havendo recurso desta decisão.

ARTIGO 32º

1. As listas candidatas deverão dar entrada na sede da associação até sete dias antes do acto eleitoral;
2. As candidaturas são apresentadas por associados efectivos nas condições referidas no nº 1 do artigo anterior, em número não inferior a onze nem superior a treze, sendo que para cada cargo estatutário deverá corresponder e ser indicado um associado;
3. Qualquer associado efectivo pode ser subscritor da sua própria candidatura, mas é-lhe interdito subscrever mais de uma lista;
4. Todas as candidaturas deverão ser acompanhadas de declaração do associado proposto, na qual se confirme a aceitação do cargo para que é candidato.
5. É obrigatório, com a apresentação da lista, que esta seja acompanhada com a proposta de um Plano de actividades a concretizar posteriormente, em função das receitas existentes;
6. Na apresentação das candidaturas, os proponentes deverão indicar qual de entre eles será o mandatário da lista e exercerá as funções de vogal verificador, fazendo, como observador, parte da Comissão Eleitoral.

ARTIGO 33º

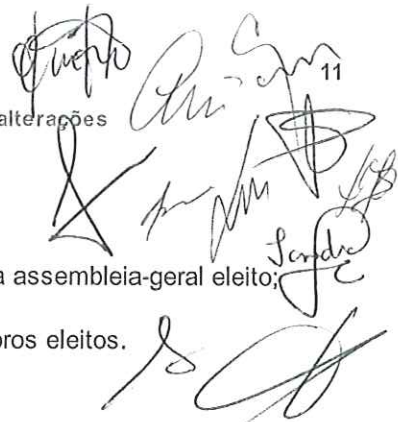
1. A votação efectua-se por escrutínio secreto, tendo como horário o indicado na convocatória, apenas podendo votar os associados efectivos em pleno gozo dos seus direitos à data da eleição;
2. Haverá uma única mesa de voto presidida pela Comissão Eleitoral, a qual é composta pelos elementos da mesa da assembleia-geral e os mandatários das listas, sendo estes últimos estritamente observadores;
3. Encerrada a urna, proceder-se-á de imediato ao escrutínio dos votos, sendo considerada vencedora a lista que obtiver mais votos.

ARTIGO 34º

Os eleitos serão empossados logo de seguida à proclamação da lista vencedora, sendo que:

PROPOSTA

Estatutos da NOVA associação de pais
De acordo com o DL n° 372/90, de 27/11, e respectivas alterações



- a) O presidente da mesa da assembleia-geral dará posse ao presidente da mesa da assembleia-geral eleito;
- b) O novo presidente da mesa da assembleia-geral dará posse aos restantes membros eleitos.

CAPÍTULO 4

DISPOSIÇÕES GERAIS, FINAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 35º

O associado, pai, mãe ou encarregado de educação, independentemente do número de educandos que frequentam o Centro Escolar, apenas pagará uma quota.

ARTIGO 36º

Em tudo o que ficar omissa no articulado dos presentes estatutos, à luz da Lei das Associações de Pais, regerão as disposições legais supletivamente aplicáveis.